
A CONSCIÊNCIA E O MUNDO: O PROJETO DA FENOMENOLOGIA TRANSCENDENTAL DE EDMUND HUSSERL¹

The Consciousness and the World: the project of Edmund Husserl's Transcendental Phenomenology

La Consciencia y el Mundo: el proyecto de la Fenomenología Transcendental de Edmund Husserl

CARLOS DIÓGENES CÔRTEZ TOURINHO

Resumo: O presente artigo tem como objetivo esclarecer o problema fenomenológico da relação entre a consciência e o mundo. Impulsionada pelo lema do “retorno às coisas mesmas”, a fenomenologia de E. Husserl (1858-1938) adota, do ponto de vista metodológico, a chamada “redução fenomenológica”, isto é, a suspensão do juízo em relação ao mundo natural, para recuperá-lo, na consciência, de modo indubitável, na sua pura significação. Ao abordar o referido problema, o artigo procura esclarecer a especificidade da atitude fenomenológica, bem como da estratégia metodológica adotada pela fenomenologia para fazer da filosofia uma “ciência rigorosa”.

Palavras-chave: Consciência; Mundo; Fenomenologia Transcendental.

Abstract: The present paper has as objective to explain the phenomenological problem of the relation between the consciousness and the world. Impelled by the slogan of the “return to the things itself”, the phenomenology of E. Husserl (1858-1938) adopts, through a methodological point of view, the call “phenomenological reduction”, that is, the suspension of the judgement in relation to the natural world, to recover it, in the consciousness, in an indubitable way, in his pure meaning. The paper tries to explain the specificity of the phenomenological attitude and the methodological strategy adopted by the phenomenology to do a “rigorous science” of the philosophy.

Keywords: Consciousness; World; Transcendental Phenomenology.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo esclarecer el problema fenomenológico de la relación entre la conciencia y el mundo. Impulsionada por su lema del “retorno a las cosas mismas”, la fenomenología de Edmund Husserl (1858-1938) adopta, del punto de vista metodológico, la llamada “reducción fenomenológica”, esto es, la suspensión del juicio en relación al mundo natural, para recuperá-lo, en la conciencia, de manera indudable, en su pura significación. Al abordar el referido problema, el artículo procura aclarar la especificidad de la actitud fenomenológica y de la estrategia metodológica adoptada por la fenomenología para hacer de la filosofía una “ciencia rigorosa”.

Palabras-clave: Consciência; Mundo; Fenomenología Transcendental.

Introdução

Um olhar panorâmico sobre a obra de Husserl permite-nos notar que, das *Investigações Lógicas* à *Crise das Ciências Europeias*, a intenção primária que move e articula o seu projeto filosófico é a de constituir a filosofia como uma “Ciência de Rigor”. O ideal husserliano exprime-se pela determinação em dar uma fundamentação rigorosa à Filosofia e, por meio dela, a todas as demais ciências, preservando, com isso, a pretensão de universalidade da investigação filosófica. Neste sentido, pode-se dizer que, ao anunciar o seu projeto filosófico, tomado por sua ânsia de rigor absoluto, Husserl estava convencido de que a fundamentação da Filosofia deveria implicar necessariamente sua plena racionalidade em

uma clarificação do sentido íntimo das coisas, por meio de uma “reflexão radical”, que daria consistência racional à própria Filosofia. Husserl não se contentaria, a partir de então, com coisa alguma que não se revelasse à consciência como um dado absolutamente evidente (para usar uma expressão sua, que não se revelasse “em pessoa”), mantendo-se, com isso, fiel ao propósito de garantir, não o rigor ao modo das ciências ditas “positivas”, mas sim, o rigor absoluto necessário à pretensão de fundamentação do saber filosófico a partir do que é suscetível de ser conhecido de modo originário, uma vez que a explicação empírica não poderia, apoiada na observação sistematizada e na descrição da regularidade dos fatos naturais, servir de fundamento último para este saber. Partia-se, então, da idéia de que para fazer da filosofia uma ciência rigorosa, para construir uma filosofia livre de todas as divergências, livre da ameaça de um ceticismo que, segundo Husserl, seria nocivo à própria filosofia, fazia-se necessário alicerçar a filosofia sob bases sólidas, isto

¹ Conferência proferida no I Congresso Sul-Brasileiro de Fenomenologia & I Congresso de Estudos Fenomenológicos do Paraná, realizado na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, de 04 a 07 de junho de 2009.

é, apoiá-la sobre evidências absolutas (ou apodíticas). De certo modo, fora já este o ideal de Descartes no século XVII: o de não admitir coisa alguma como verdadeira sem conhecê-la evidentemente como tal (trata-se da chamada “regra da evidência”). O fim e o impulso do projeto filosófico husserliano encontram-se, portanto, intimamente determinados pela filosofia cartesiana, o que faz da fenomenologia uma espécie de “herdeira da modernidade” em pleno século XX. A filosofia é, para Husserl, a ciência que deve partir de fundamentos últimos ou, o que é o mesmo, de uma responsabilidade última.

Movido por seu projeto filosófico, Husserl anuncia-nos explicitamente – em *A Idéia da Fenomenologia*, núcleo das “Cinco Lições” proferidas em abril-maio de 1907 – que, com a fenomenologia, deparamo-nos com a proposta de uma nova atitude e de um novo método. A atitude fenomenológica consiste em uma atitude reflexiva e analítica, a partir da qual se busca fundamentalmente elucidar, determinar e distinguir o sentido íntimo das coisas, a coisa em sua “doação originária”, tal como se mostra à consciência. Trata-se de descrevê-la enquanto objeto de pensamento. Analisar o seu sentido atualizado no ato de pensar, explicitando as significações que se encontram ali virtualmente implicadas, bem como os seus diferentes modos de aparecimento na própria consciência intencional. Explorar a riqueza deste universo de significações que a coisa – enquanto um *cogitatum* – nos revela é o que é próprio da atitude fenomenológica. Já o método fenomenológico será, por sua vez, um método de evidenciação dos fenômenos. Também será, para Husserl, o método especificamente filosófico, cuja estratégia maior consiste, para o alcance de um grau máximo de evidência, no exercício da suspensão de juízo em relação à posição de existência das coisas mundanas, viabilizando, assim, a chamada “redução fenomenológica” e, com ela, a recuperação das coisas em sua pura significação, tal como se revelam (ou se mostram), enquanto objetos de pensamento, na consciência intencional.

O ponto de partida de Husserl é o que ele próprio definiu como sendo a “Tese do Mundo”, isto é, a tese segundo a qual o que chamamos de “mundo” encontra-se aí, diante de nós, tudo isto que, da maneira mais imediata e direta, nos é revelado por meio da experiência sensível: as coisas situadas em uma dimensão espaço-temporal, cada uma das quais com as suas propriedades, relações, etc. Trata-se do mundo que nos cerca, constituído de entes mundanos, frente aos quais podemos tomar atitudes variadas, quer nos ocupemos com eles, quer não. Vivenciamos, portanto, a todo instante, a chamada “Tese do Mundo”. Mas, se além da vivência dessa tese, fazemos *uso* dela, passamos, então, a exercer o que Husserl chamou de “atitude natural”. Na atitude natural, atribuo a mim um corpo em meio a outros corpos e me insiro no mundo através da experiência sensível. Admito, em tal atitude, sem que haja, ao menos, um exame crítico, a existência do mundo (concebido como “realidade factual”), bem como a possibilidade

de conhecê-lo e, com isso, adoto, de certo modo, um “realismo ingênuo”. Nesse sentido, a tarefa crítica da Teoria do Conhecimento de promover uma investigação acerca do que torna possível a relação de correspondência entre as vivências cognitivas e as coisas a serem conhecidas encontra-se desapercibida na atitude natural. Dá-se as costas para o chamado “enigma do conhecimento transcendente”, para o que, classicamente, passou-se a chamar pelo nome de “problema da correspondência”. Afinal, o que torna possível tal conhecimento do mundo? Em que ele se funda? Quais são os seus limites? Dá-se, portanto, na atitude natural, a possibilidade do conhecimento do mundo (entendido como “realidade factual”) como algo certo e inquestionável. Para Husserl, tanto a consciência do senso comum quanto a consciência das ciências ditas “positivas” encontram-se, ainda que de modos distintos, mergulhadas na atitude natural, cujo exercício expressa a relação entre uma consciência espontânea (empírica ou psicológica) e o mundo natural, revelado empiricamente para essa consciência em sua facticidade.

Fiel ao seu projeto filosófico de constituição da filosofia como uma “Ciência de Rigor”, Husserl sabe que as tais evidências apodíticas – necessárias para a fundamentação da própria filosofia – não poderiam ser extraídas do plano empírico-natural, pois, por mais perfeita que seja uma percepção empírica, ela será sempre a percepção de um ponto de vista e, enquanto tal, somente poderá revelar traços (ou esboços) da coisa percebida a partir de uma dada perspectiva. Por conseguinte, toda evidência extraída do plano empírico-natural, no qual a consciência empírica se relaciona com as coisas mundanas, será sempre uma evidência perspectivista (ou existencial), ou seja, uma evidência parcial. Dos fatos não podemos extrair “evidências absolutas” (a coisa e o mundo em geral não são apodíticos, pois não excluem a possibilidade de que duvidemos deles e, portanto, não excluem a possibilidade de sua não existência). Eis um segundo motivo do porque não podemos, na visão de Husserl, extrair evidências plenas de nossa percepção empírica do mundo, pois, a julgar pelo que a experiência sensível nos revela do mundo, nós jamais poderíamos eliminar, por completo, a possibilidade de duvidar da posição de existência das coisas que se nos apresentam (tal observação remete-nos para o “argumento do erro dos sentidos”, equivalente ao primeiro nível da dúvida apresentado por Descartes em suas *Meditações Metafísicas*, particularmente, em sua “Primeira Meditação”). Assim, para Husserl, com base no ente mundano, seria impossível elaborar uma filosofia que se pudesse apresentar como ciência rigorosa.

Husserl opta, então, como estratégia metodológica para o alcance das evidências apodíticas, pelo exercício da *epoché*, ou seja, pelo exercício da “suspensão de juízo” em relação à posição de existência das coisas. Husserl recupera o conceito de *epoché* do ceticismo antigo, porém, para pensá-lo não como um *modus vivendi* (como um princípio ético a ser praticado como “hábito virtuoso

so”) – conforme propunha o ceticismo pirrônico no período Helênico – mas sim, como um recurso metodológico. Com o exercício da *epoché*, abstemo-nos de tecer considerações acerca da existência ou não existência das coisas mundanas. Nos termos de Husserl, promovo a “colocação da atitude natural entre parênteses”, a facticidade do mundo fica “fora de circuito”, colocada sob “índice zero”. Ao suspender o juízo em relação à facticidade do mundo, eu não deixo de vivenciar a “tese do mundo”, no entanto, não faço mais *uso* dela, procuro mantê-la fora de circuito.

Inicialmente, o exercício da *epoché* se lança sobre tudo o que é transcendente, no sentido do que se encontra *fora* da minha consciência empírica (eis o primeiro sentido do que vem a ser o “transcendente” para Husserl). Desloco a atenção para o domínio da minha *cogitatio*, isto é, para o que se revela no interior da minha vivência intelectual. A atenção é deslocada para o que é vivenciado por mim enquanto “sujeito empírico”. Portanto, a atenção é deslocada do que é “transcendente” (no sentido do que está *fora* da minha vivência cognoscitiva) para o que é “imane” (para o que se revela *dentro* da minha vivência). Há aqui uma espécie de “redução psicológica” que promove a passagem do que é transcendente (do que se encontra “fora de mim”) para o domínio de uma imanência que poderíamos chamar de “imanência real” (ou psicológica), ou seja, para o que se revela em mim, a partir das minhas vivências, enquanto sujeito empírico. Em outras palavras, posso duvidar da posição de existência do que se encontra fora de mim; só não posso duvidar de que estou tendo esta vivência no exato momento em que ela ocorre. Eis o que Husserl designará sob o nome de “evidência da *cogitatio*”, uma evidência cuja certeza é equivalente à certeza *cogito* em Descartes (isto é, a certeza de que posso duvidar de tudo; só não posso duvidar de que, ao duvidar, penso e, ao pensar, existo como uma coisa pensante).

Mas Husserl – impulsionado pelo projeto de fundamentação da filosofia como ciência rigorosa – vai além da evidência da *cogitatio* e, nesse sentido, pode-se dizer que ele vai além de Descartes, ao generalizar a suspensão de juízo, afirmando-nos que mesmo a nossa vivência psicológica deverá cair sob o golpe da *epoché*, pois tal vivência é a vivência de um “sujeito empírico” (de um ente psicofísico, objeto de estudo da ciência psicológica) e, portanto, encontra-se inserido em meio a outros entes mundanos, submetido, da mesma forma, a uma dimensão espaço-temporal. A *epoché* será, com isso, exercida a serviço de uma reflexividade mais radical, que ultrapassa o domínio do mundano (do factual). Sendo assim, Husserl defende o exercício generalizado da *epoché* em relação aos fatos, ao eu psicológico que os vivencia e às próprias vivências desse eu. O transcendente será entendido agora não como o que se encontra fora da consciência empírica, mas sim, como o domínio de onde não se pode eliminar por inteiro a possibilidade da dúvida em relação à posição

de existência das coisas e do próprio eu que as vivencia enquanto o sujeito empírico dessas vivências. O transcendente passa a ser, portanto, entendido como fonte de dúvidas e de incertezas, porém, abrangendo agora o eu empírico em sua relação com o mundo natural.

A serviço desta tal reflexividade radical própria da atitude fenomenológica, reflexividade que visa clarificar as significações que a coisa intencionada revela no pensamento, a *epoché* proporcionará o deslocamento da atenção, inicialmente voltada para os fatos contingentes do mundo natural, para o domínio de uma subjetividade transcendental, dentro da qual e a partir da qual os “fenômenos” – enquanto idealidades puras – se revelarão como “evidências absolutas” para uma consciência transcendental, dotada da capacidade de ver verdadeiramente esses fenômenos tal como se apresentam em sua plena evidência (trata-se, como o próprio Husserl insiste em ressaltar, de um “puro ver das coisas”).

Em suma, a fenomenologia prescindirá de tecer considerações acerca da posição de existência das coisas mundanas para direcionar, então, a atenção para os “fenômenos”, tal como se revelam (ou como se mostram), em sua pureza irrefutável, na autorreflexão da consciência transcendental. Tal ampliação da idéia de reflexividade para a fenomenologia está diretamente ligada às influências que a leitura de Kant exerceu sobre o pensamento de Husserl, sobretudo, a partir de 1907, ainda que Husserl venha a ter uma concepção própria do que seja este “eu transcendental”, bem como do papel que ele exerce na relação intencional com seus objetos. Desde as *Investigações Lógicas* (1900/1901), as críticas ao psicologismo – cujo equívoco maior consistiria, segundo Husserl, em tomar as leis do pensamento a partir de leis psicofísicas, identificando o sujeito do conhecimento ao sujeito psicológico – preparam o terreno para tal ampliação da idéia de reflexividade, fazendo, com isso, com que a fenomenologia husserliana caminhasse, cada vez mais, movida pelo lema do “retorno as coisas mesmas”, para a superação de uma fenomenologia meramente empírica da consciência, constituindo-se, deste modo, como um novo Idealismo Transcendental no século XX.

Logo, para Husserl, é como se houvessem “duas regiões” ou duas dimensões da relação entre o eu e o mundo, reveladas a partir de dois modos distintos de consideração do mundo. De um lado, deparamo-nos com um modo de consideração das coisas, a partir do qual o mundo se revela para a nossa consciência empírica como o domínio empírico-natural dos fatos, do que tem existência, do mundano, do que se encontra submetido a uma dimensão espaço-temporal. Trata-se do modo de consideração do mundo próprio das ciências positivas. Paralelamente, como um recurso metodológico para o alcance das evidências apodíticas, o exercício da *epoché* e, conseqüentemente, da redução fenomenológica, promoverá o salto para o modo de consideração transcendental (ou fenomenológico) das coisas, fazendo agora com que o

mundo se revele, *na e para a* consciência pura (ou transcendental), como um “horizonte de sentidos”, como domínio das idealidades inteligíveis. “Puro” aqui significa “não mundano”, ou melhor, “não-factual”, aquilo que não pode ser pensado em termos de dados empíricos. Se esta consciência pura não pode ser tomada a partir de dados empíricos (ou psicológicos), cabe-nos apenas concebê-la a partir de sua relação intencional com o seu objeto que, em sua versão reduzida, enquanto um objeto de pensamento, nada mais é do que um conteúdo intencional da consciência. E é exatamente aí que o mundo se revela, com a redução fenomenológica, *na e para a* consciência, em sua pura significação, como um “horizonte de sentidos”. Trata-se, com tal redução, de fazer o mundo reaparecer na consciência como um horizonte de idealidades meramente significativas, que se revelam como um dado absoluto e imediato para uma tal consciência pura que o apreende e o constitui intuitivamente. A mesma consciência que intuitivamente apreende o objeto em sua versão reduzida, isto é, como “fenômeno puro”, é também responsável pela constituição desse mesmo objeto, agora atualizado no pensamento como uma unidade de sentido. O objeto, precisamente porque inconcebível sem ser pensado, enquanto um *cogitatum*, exige uma doação de sentido que só pode vir através dos atos intencionais da consciência, ou seja, as unidades de sentido pressupõem uma consciência de sentido. Desse modo, deparamo-nos com duas atitudes – a “atitude natural” e a “atitude fenomenológica” – das quais decorrem dois modos distintos de consideração das coisas: se no primeiro modo de consideração, o mundo nos é revelado em sua facticidade, no segundo modo, o mundo se revela, na consciência transcendental, em sua pura significação, o que é o mesmo que dizer que o mundo se revela, em sua totalidade, como “fenômeno”.

Tal consciência pura (ou transcendental), dirá Husserl, será no fundo uma consciência “doadora originária de sentido”. Quando pensamos a relação desta consciência pura com os seus objetos (que rigorosamente falando, nada mais são do que “conteúdos intencionais da consciência”), pensamos primeiramente em uma relação de imanência (não mais em uma “imanência psicológica”, mas em uma “autêntica imanência”, domínio de uma claridade absoluta, do dar-se em si mesmo), pois, o objeto – na sua versão reduzida, agora entendido como “fenômeno puro” – se revela de forma absoluta e imediata *na* consciência transcendental. Todavia, nesta mesma relação entre a consciência e o seu objeto, pensamos também em uma relação de “transcendência”, visto que, este mesmo objeto que se revela na consciência requer, enquanto objeto de pensamento, uma atribuição de sentido, de um sentido constituído por essa mesma consciência. A partir do modo de consideração transcendental, poderíamos, então, dizer que, na relação intencional da consciência pura com o seu objeto, há uma relação da ordem de uma “transcendência na imanência”. A fenome-

nologia transcendental será, então, uma fenomenologia da consciência constituinte. Exercer a *epoché* é reduzir à consciência transcendental. Se, pela *epoché*, o objeto se reduz à consciência transcendental, essa mesma redução, porque não desfaz a alteridade sujeito-objeto, implica em uma constituição do objeto, tornando-o uma espécie de “transcendência na imanência”. Tal redução do objeto à consciência transcendental, na medida em que não desfaz a relação entre sujeito e objeto, antes sim, revela uma dimensão nova dessa relação, impede que a verdadeira objetividade desapareça. Daí o próprio Husserl dizer, em *Idéias diretrizes para uma Fenomenologia (Idéias I)*, em tom de uma “ironia séria”, que se por “positivismo” entendemos o esforço de fundar as ciências sobre o que é suscetível de ser conhecido de modo originário, nós é quem somos os verdadeiros positivistas! (Husserl, [1913] 1950, p. 69) Se as ciências positivas não deixam de conceber a relação entre subjetivo e objetivo em termos da dicotomia “interioridade” / “exterioridade”, assentindo o objetivo como algo que nos remete sempre para um exterior, para o que transcende a própria consciência empírica (ou psicológica), a redução fenomenológica permite-nos, ao nos lançar para o modo transcendental de consideração do mundo, recuperar a autêntica objetividade na própria subjetividade transcendental (trata-se, nos termos de Husserl, de “...uma exterioridade objetiva na pura interioridade”), unindo, com isso, o objetivo e o subjetivo. Apesar da imanência, o objeto intencionado não perde, em sua versão reduzida, a sua *alteridade* (aqui, deparamo-nos, então, com um terceiro emprego do conceito de “transcendente” em Husserl). O objeto visado se revela, em sua versão reduzida, *na e para a* consciência intencional. Ainda assim, o objeto não se confunde com ela (esquemáticamente, a relação entre o objeto e a consciência intencional poderia, então, ser descrita da seguinte forma: **b** se revela *em a* e *a partir de a*; no entanto, **b** é diferente de **a**).

A constituição de sentido se faz, no plano transcendental, por intermédio da intencionalidade (a unidade de sentido constituída encontra-se *em* minha vida intencional e *a partir* da minha vida intencional). O fenômeno puro é o sentido que, uma vez constituído, se revela, de forma imediata, em sua doação originária, como um dado absolutamente evidente para a própria consciência que o apreende (e o constitui) intuitivamente. Pode-se dizer, então, que, para Husserl, “ser evidente é ser constituído”. Eis o domínio das evidências apodíticas. A *epoché* leva-nos a reconhecer reflexivamente que o mundo que existe para nós, tira o seu sentido de ser de nossa vida intencional.

Podemos notar aí a originalidade de Husserl no encaminhamento do problema da intencionalidade. Sobretudo, a partir de 1907, em *A Idéia da Fenomenologia*, as investigações em torno da intencionalidade não habitariam mais o domínio do que é meramente empírico e, definitivamente, não estariam mais voltadas para a idéia

de uma “objetividade imanente” (no sentido proposto por Brentano), nem tampouco para o problema da “objetividade transcendente” (isto é, o problema de como é possível uma vivência intelectual tentar algo que se encontra fora do domínio da própria consciência empírica). Ao suspender o juízo em relação à facticidade do mundo, a fenomenologia promoverá, a partir da redução fenomenológica, o salto do domínio do que é transcendente (no sentido do que não é auto-evidente) para o domínio de uma autêntica imanência (de uma claridade absoluta, do dar-se em si mesmo), fazendo com que o fenômeno puro se revele imediatamente para uma consciência doadora de sentido. Recupera-se a idéia de “objetividade imanente”, porém, no plano transcendental. O mundo reduzido será, então, considerado apenas como significado e, portanto, apresenta-se como mero corolário da consciência pura que o significa, adquirindo assim um caráter absoluto. Amplia-se a esfera de investigação em torno da intencionalidade, cabendo agora examinar os elementos que, no ato intencional da consciência pura, são responsáveis pela constituição das diferentes modalidades do “aparecer” enquanto tal (diferentes formas do dar-se dos objetos na consciência pura). Diferentemente de Brentano, para quem a relação intencional ainda se mantinha em uma dimensão meramente psicológica, Husserl procurou situar, por meio da redução fenomenológica, a intencionalidade em uma região transcendental, independente de – e anterior a – toda descrição psicológica, recuperando, assim, de um modo original, a idéia de “objetividade imanente”.

O famoso lema dos fenomenólogos de “retornar às coisas mesmas” deve, então, ser entendido da seguinte forma: a coisa para a qual retornamos não deve aqui ser tomada como um “fato” do mundo natural, mas sim como um “fenômeno puro” (isto é, como uma idealidade, como um dado absolutamente evidente, a ser imediatamente intuído na consciência pura e a partir dessa mesma consciência doadora de sentidos). A “coisa mesma” enquanto objeto de pensamento – recuperada através da redução fenomenológica – em sua dimensão originária: a coisa sobre a qual falamos, sobre a qual pensamos, a coisa intencionada no pensamento, revelada através de diferentes modalidades do aparecer enquanto tal (como objeto de um juízo, de uma lembrança, de um desejo, e assim por diante).

Diferentemente de Kant, para quem há um prejuízo ontológico do fenômeno em relação à coisa em si, para a fenomenologia transcendental de Husserl, a redução fenomenológica viabiliza a intuição do fenômeno na sua pureza, enquanto um dado absoluto que se revela para a consciência pura, prescindindo de tecer considerações acerca da posição de existência dos entes mundanos, acerca do mundo revelado em sua facticidade. Logo, sem negar qualquer relação a um mundo exterior, Husserl considera o fenômeno na sua pureza absoluta como aparecimento em si mesmo, como a própria coisa simplesmente

enquanto revelada à consciência. Consequentemente, esse fenômeno será puro ou absoluto, cabendo a investigação fenomenológica – tomada por sua ânsia de clarificação – analisar o sentido íntimo da coisa que se atualiza no pensamento, explicitando as significações que se encontram aí virtualmente implicadas, bem como as diferentes modalidades de aparecimento (modalidades do “dar-se”) desta mesma coisa intencionada na consciência.

O exercício da *epoché* – na condição de um “instrumento de depuração do fenômeno” a serviço de uma reflexividade radical (uma vez que se trata de uma reflexividade transcendental e não de uma reflexividade meramente psicológica) – abrirá as portas para a redução fenomenológica que, por conseguinte, viabilizará o salto para as alturas da subjetividade transcendental. Em outros termos, a redução fenomenológica promove a passagem ou a substituição de um modo empírico de consideração do mundo adotado na atitude natural, pela consciência ingênua mergulhada tanto no senso comum quanto nas ciências positivas, pelo modo transcendental (ou fenomenológico) de consideração das coisas, próprio da atitude fenomenológica. Se a redução fenomenológica é, inicialmente, entendida unicamente como uma “redução eidética” (isto é, como uma redução de essências que promove, através da técnica de variação imaginária do objeto, o deslocamento do fato individual para o que há nele de genérico ou de invariante), posteriormente, a redução fenomenológica será, na fenomenologia de Husserl, entendida como uma espécie de “circuito de reduções”, composto de uma “redução eidética” e de uma “redução transcendental”. Desloca-se do fato para a essência e da essência para os elementos que, no ato intencional da consciência pura, são responsáveis pela constituição dos sentidos e das diferentes modalidades do aparecer enquanto tal.

Sendo assim, reduzir o “mundo dos fatos” (ou a facticidade do mundo) é reduzi-lo à consciência transcendental. O mundo reduzido é o mundo tal como se revela ou aparece na consciência, não mais como “fato”, mas sim, como um “horizonte de sentidos”. Para Husserl, suspendemos o juízo em relação à facticidade do mundo, para recuperá-lo de modo indubitável, o mundo na sua pura significação. Ou seja, a fenomenologia transcendental se abstém, sem negar a existência do mundo, de tecer considerações sobre a existência ou não existência dos fatos ou das coisas, para reter, então, o sentido (ou a alma) do mundo, para reter este “resíduo fenomenológico” que, na condição de conteúdo intencional da consciência pura, se revela “em pessoa”, em sua doação originária. O mundo reduzido será, então, considerado apenas como significado e, portanto, apresenta-se como mero corolário da consciência pura que o significa, adquirindo assim um caráter absoluto.

Conforme faz questão de destacar o próprio Husserl, em um curso inédito proferido na Universidade de Göttingen, na Alemanha, em 1909:

Perdemos o mundo, para o ganhar de um modo mais puro, retendo o seu sentido. A fenomenologia põe fora de circuito a realidade da natureza, mesmo a realidade do céu e da terra, dos homens e dos animais, do próprio eu e do eu alheio, mas retém, por assim dizer, a alma, o sentido de tudo isso com o qual estou imediatamente em contato, de modo que os objetos assim considerados não só estão presentes diante de mim, mas brotam de mim mesmo (Fragata, 1956, p. 113).

Em suas *Meditações Cartesianas*, de uma maneira mais sintética, o próprio Husserl ainda afirmaria que: “É preciso primeiro perder o mundo, graças a *epoché*, para o recuperar seguidamente na *auto-reflexão universal*” (Husserl, 1931, p. 134).

Logo, engana-se aquele que pensa que, com a estratégia metodológica adotada pela fenomenologia transcendental, Husserl estaria negando a existência do mundo. Antes sim, estaria renunciando a um modo ingênuo de considerá-lo, para viabilizar, então, com o exercício da *epoché*, o acesso a um modo de consideração transcendental do mundo. Em sua versão reduzida, o mundo se revelaria, então, *na e para a* consciência como um “horizonte de sentidos”. Sem negar a existência do mundo factual, renunciamos, pela *epoché*, à ingenuidade da atitude natural, para reter, então, a “alma do mundo”, o mundo na sua pura significação, a “coisa mesma” recuperada na consciência transcendental. Afinal, como Husserl nos diz: o impulso da investigação fenomenológica deve partir não dos filósofos, mas das próprias coisas. Não sou eu, nem as minhas convicções, mas sim, as próprias coisas, tal como se revelam na sua pureza irrefutável, que têm de se impor para dar, então, o seu testemunho de verdade.

Referências

- Fragata, J. (1956). *A Fenomenologia de Husserl como fundamento da filosofia*. Braga: Livraria Cruz.
- Husserl, E. (2001) *Logical Investigations*. (J. N. Findlay, Trans.). London: Routledge.
- Husserl, E. (2000). *A Idéia da Fenomenologia*. Lisboa: Edições 70.
- Husserl, E. (1950). *Idées directrices pour une phénoménologie et une philosophie phénoménologique pures (Tome Premier)*. Paris: Gallimard.
- Husserl, E. (1931). *Méditations Cartésiennes*. Paris: Librairie Armand Colin.

Carlos Diógenes Côrtes Tourinho - Formado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ) e em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); é Mestre e Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); é Professor de Filosofia da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NUFIPE/UFF) e do GT de Filosofia Francesa Contemporânea da ANPOF. Organizador da Coleção *Encontros com a Filosofia* (EDUFF / Booklink) e da Série *Ensaio sobre o Pensamento Contemporâneo* (Editora Proclama). Endereço institucional: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação/ Departamento de Fundamentos Pedagógicos. Campus do Gragoatá / UFF (São Domingos). CEP: 24020-200 - Rio de Janeiro (RJ). **Email:** cdctourinho@yahoo.com.br

Recebido em 08.08.09

Aceito em 10.09.09